

ENTREVISTA

Renato Casagrande

Royalties: “O erro foi não ter tido uma coordenação do governo federal”

Governador afirma que o governo se ausentou das discussões, levando ao “fracasso da política”, que agora culmina na judicialização do tema

FÁBIO VICENTINI - 29/08/2011

BRASÍLIA

Em entrevista ao O Globo, o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB-ES), diz que a falha na política levou a uma judicialização da divisão dos royalties do petróleo.

Na sua opinião, os Estados estão em guerra?

Não estamos em guerra, mas o pacto federativo foi rompido pelo Congresso Nacional na votação da lei dos royalties. O Congresso teve um comportamento desequilibrado, o que provocou um avanço nas receitas dos estados e municípios e que desestabilizou o equilíbrio federativo. Mas é um exemplo muito ruim que não pode ser repetido pelo Congresso Nacional.

Mas não se gerou uma guerra entre os Estados produtores e os não produtores?

Vamos ter que ter muito equilíbrio e bom senso para que esse comportamento não se repita no Congresso. Nossa esperança é que o Supremo Tribunal Federal (STF) corrija esse erro porque é insustentável que, a cada tema em que alguém se sinta prejudicado, parta para cima de algum ente da federação e rompa direitos. Esse comportamento pode levar a um desequilíbrio federativo.

Os estados de Rio e Espírito Santo erraram ao recuarem na luta dos royalties quando o então presidente Lula prometeu vetar a lei?

Houve um comportamento mais radicalizado, excessos em algumas posturas, mas não houve erro. Porque, desde o primeiro momento, defendemos a manutenção dos contratos em vigor. Nunca nos negamos a negociar os contratos futuros. Esse assunto ganhou uma carga de emoção muito forte no Congresso porque os parlamentares prometeram recursos fáceis aos prefeitos e governadores dos estados não produtores.

O senhor acredita que o governo federal e o Congresso falharam?

O erro foi não ter uma coordenação do governo federal, do Congresso, junto aos governadores, para nós buscarmos um entendimento.

Por que faltou essa coordenação do governo?

O Congresso se ausentou da coordenação federativa e o governo federal não tem coordenador de assuntos federativos. Fica difícil por si só os governadores chegarem a um entendimento. Esse fracasso da política está nos levando a uma judicialização desse fato.

O então presidente Lula errou ao levar a discussão do novo modelo para as descobertas do pré-sal?

O governo tem o direito de mudar o modelo, e trouxe na garupa a nova divisão dos royalties. Essa discussão atrasou os investimentos no setor. De fato esse debate trouxe



“O governo tem o direito de mudar o modelo, e trouxe na garupa a nova divisão dos royalties. Essa discussão atrasou os investimentos no setor”

prejuízos ao Rio e ao Espírito Santo.

Qual a intenção da proposta, agora, dos estados não produtores, liderados pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos, para se fazer um acordo?

Não sei qual foi a intenção desses governadores. Mas, apesar de termos ido ao STF, vamos continuar trabalhando para termos um entendimento. Mas essa proposta exige a participação do governo federal para compensar estados e municípios não produtores. Nós sempre defendemos essa proposta, mas nunca é tarde para corrigir erros. Mas para ter validade, essa alternativa precisava ter sido trabalhada antes com a presidente da República. (Agência O Globo)

O bom exemplo que vem da cidade de Quissamã

QUISSAMÃ E MACAÉ

▲ Cerca de 50 quilômetros separam Quissamã de Macaé, mas, ao ver a realidade dos dois municípios do Norte Fluminense e suas relações com o petróleo, a distância parece ser muito maior. Quissamã é considerada por especialistas como o melhor exemplo do uso dos royalties no Brasil.

Lá, de fato, foi transformada a realidade de sua população de 22 mil pessoas com investimentos pesados em saúde, educação, cultura e em projetos sociais. Macaé, por outro lado, é onde ficam mais nítidos os efeitos da voraz indústria do petróleo.

Em Quissamã, as palavras serviço público, gratuito e qualidade normalmente andam juntas. Os royalties transformaram uma pequena cidade do interior, com economia baseada na decadente indústria da cana-de-açúcar, graças a cerca de R\$ 100 milhões por mês, ou 40% do orçamento municipal. Essa nova cidade já atrai até moradores do Rio.

O município paga, até hoje, bolsas de estudos e transporte para moradores que pretendem estudar o ensino médio ou fazer uma faculdade em Macaé ou Campos. (Agência O Globo)